

CORREIO PAULISTA

Divulgação/Governo de SP



Benefício atende servidores e inativos com paridade

Governo de SP propõe abono complementar a servidores

O Governo de São Paulo enviou nesta quarta-feira (29) à Assembleia Legislativa o Projeto de Lei 385/2026, que prevê abono complementar a servidores estaduais com remuneração abaixo de piso definido. Os valores propostos são de R\$ 1.874,36 para jornada integral, R\$ 1.405,77 para jornada comum e R\$ 937,18 para jornada parcial. O benefício alcança órgãos da administração direta, autarquias, aposentados e pensionistas com paridade. O cálculo considera vencimentos fixos, excluindo adicionais. A proposta, baseada em estudos técnicos, revoga normas anteriores e passa a valer após publicação. Outro projeto trata do novo mínimo paulista de R\$ 1.874. O texto tramita em regime de urgência na Alesp e aguarda análise dos deputados.

Gestão Tarcísio tem 54% de aprovação

Pesquisa Quaest divulgada na quarta-feira (29) aponta que 54% dos eleitores de São Paulo aprovam o governo Tarcísio de Freitas, enquanto 29% desaprovam e 17% não sabem ou não responderam. A avaliação positiva caiu em relação a agosto de 2025, quando era de 60%. A avaliação do governo é 39% positiva, 35% regular, 19% negativa e 8% sem opinião. Sobre reeleição, 54% dizem sim, 36% não e 10% não sabem. O levantamento ouviu 1.650 eleitores entre 23 e 27 de abril.

Everton Amaro/Fiesp



Encontro destacou a necessidade de manter previsibilidade

Fiesp debate lei de licenciamento

O Conselho Superior de Meio Ambiente da Fiesp reuniu-se em 28 de abril para discutir a regulamentação da Lei Geral de Licenciamento Ambiental. O encontro destacou a necessidade de manter previsibilidade e racionalidade. Integrantes alertaram para evitar entraves burocráticos que prejudiquem processos. Também foi citada a atuação da entidade no STF em defesa da segurança jurídica. O colegiado ressaltou a importância da governança de dados, do acompanhamento de normas estaduais e da comunicação sobre os impactos da modernização no desenvolvimento sustentável.

Quaest mostra líderes ao Senado em SP

Pesquisa Quaest divulgada na quarta-feira (29) mostra liderança de Simone Tebet, Márcio França, Marina Silva e Guilherme Derrite na disputa ao Senado em SP em 2026. Levantamento ouviu 1.650 eleitores entre 23 e 27 de abril, com margem de erro de 2 pontos e 95% de confiança. Em três cenários, os nomes lideram as intenções de voto ao lado de outros pré-candidatos.

Auditores demitidos

O Governo de São Paulo demitiu cinco auditores fiscais na quarta-feira (29) por irregularidades ligadas às operações Ícaro, Mágico de Oz e Fisco Paralelo. As apurações são da Secretaria da Fazenda e do Ministério Público. No mês, sete servidores foram desligados e 17 seguem afastados. Há 61 procedimentos em andamento.

Palestra na Alesp

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo realizou, na terça-feira (28), palestra sobre assédio no ambiente de trabalho, dentro da Sipat 2026. O evento reuniu especialistas e abordou prevenção, canais de denúncia e impactos do assédio moral e sexual no serviço público. Evento integra programação de prevenção da Alesp.

Restauração

O Governo de SP firmou parceria com o ITESP para implementar projetos de restauração ecológica no Pontal do Paranapanema, com foco em APPs e Reservas Legais. A iniciativa usa o Finaclima-SP para financiar ações em assentamentos rurais e fortalecer a sustentabilidade ambiental. O programa integra ações de restauração.

51ª Sessão Ordinária

A Assembleia Legislativa de SP realizou na quarta (29) a 51ª Sessão Ordinária de 2026, com destaque para segurança pública, violência de gênero, valorização da PM e crime organizado. Parlamentares também trataram de educação, USP, pedágios, saúde, agronegócio e decisão judicial envolvendo fotojornalista. Sessões seguem na Casa Legislativa.

Debate da ILP

Instituto do Legislativo Paulista (ILP) realizou na quarta (29) o segundo seminário do ciclo Introdução à América Latina, com foco na formação econômica da região. O evento debateu colonização, capitalismo e desenvolvimento, com palestra de Vanessa Martina-Silva e participação do professor da USP Wagner Iglecias.

Ato solene

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo realizou, na quarta-feira (29), os 102 anos do Clube Atlético Juventus. A homenagem celebrou o retorno à Série A1 do Paulistão após 18 anos, com discursos sobre identidade da Mooca, gestão e valorização do clube tradicional da capital paulista.



Atrasos de SP em dados são recorrentes, diz ministério

SP é cobrado por envio de dados de segurança

Estado pode ser considerado inadimplente no sistema federal

Da Redação

O Ministério da Justiça encaminhou nesta semana um ofício à Secretaria de Segurança Pública de São Paulo solicitando a regularização imediata no envio de dados estatísticos ao governo federal. A cobrança foi direcionada ao secretário Osvaldo Nico Gonçalves e estabelece prazo até 5 de maio para a atualização das informações pendentes.

De acordo com a pasta federal, São Paulo é atualmente o único estado que ainda não enviou os dados referentes ao mês de março. A ausência dessas informações impede a consolidação das estatísticas nacionais de criminalidade relativas ao primeiro trimestre de 2026, comprometendo a divulgação de indicadores oficiais.

No documento, o secretário nacional de Segurança Pública, Francisco Lucas Costa Veloso, destaca a necessidade de cumprimento dos prazos estabelecidos para garantir a integridade do sistema de informações. Caso a situação não seja regularizada dentro do período estipulado, o estado poderá ser considerado inadimplente junto ao Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública.

O não envio dos dados pode acarretar consequências administrativas e financeiras. Entre as medidas previstas estão a suspensão de repasses do Fundo Nacional de Segurança Pública e eventual

acionamento do Poder Judiciário para assegurar a integração das informações ao sistema federal.

Integrantes do Ministério da Justiça afirmam que atrasos no envio de dados por parte da atual gestão estadual têm ocorrido de forma recorrente. Segundo essas fontes, esta é a primeira vez que o órgão formaliza uma cobrança com prazo definido para regularização.

Em resposta, a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo informou, por meio de nota, que mantém rotina consolidada de divulgação dos indicadores criminais há mais de duas décadas. O órgão afirma que os dados são publicados mensalmente em plataforma online e encaminhados ao ministério no dia 30 do mês subsequente ao período analisado, prática adotada desde 2021.

A secretaria também destacou que disponibiliza microdados dos boletins de ocorrência, permitindo análise detalhada das informações. Segundo o órgão, a iniciativa busca reforçar a transparência ativa e ampliar o acesso público aos registros.

O Ministério da Justiça ressaltou que a ausência dos dados compromete a qualidade e a confiabilidade das estatísticas nacionais, dificultando o acompanhamento por parte da sociedade civil e de órgãos de controle. O envio deve ser feito por meio do sistema oficial até o décimo dia útil de cada mês do ano.